



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do RJ

Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

## PLANO DE TRABALHO

### ELABORAÇÃO DE ANÁLISES E DIAGNÓSTICOS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS DECORRENTES DO DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO JOÃO DA BARRA, PORTO DO AÇU E ENTORNO

*Este documento tem por objetivo demonstrar o planejamento a ser seguido para execução do projeto cuja demanda externa foi devidamente registrada em etapa anterior em esforço conjunto com o cliente. Neste sentido, este Plano de Trabalho incorpora todas as informações básicas registradas no Termo de Identificação da Demanda (Externa) e visa assim validar todas as atividades programadas para realização das entregas e produtos do projeto, bem como os recursos necessários, o prazo e o custo de execução, além de outros aspectos que operacionalizam o acordo entre as partes.*

**Data de validação**

22/04/2022

**Responsável**

Alexandre Cesar Motta de Castro

#### Introdução

Trata-se de colaboração entre a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN/RJ) e a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) para o desenvolvimento do projeto de elaboração de análises e diagnósticos dos arranjos produtivos decorrentes do Distrito Industrial de São João da Barra, Porto do Açú e entorno.

O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú, localizado no Município de São João da Barra, norte do Estado do Rio de Janeiro, é um projeto de grande porte caracterizado por uma nova tipologia portuária, Maritime Industrial Development Areas (MIDAS). Estas novas infraestruturas portuárias tiveram que se adequar à nova tipologia de portos que, diferente dos antigos portos de Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Paranaguá, Rio Grande e Recife, necessitam de grandes áreas retroportuárias, o que acaba os distanciando de áreas urbanas consolidadas. Nesse sentido, entende-se a concepção dos portos de Suape, em Pernambuco, Itapoá, em Santa Catarina, e Açú, em São João da Barra, todos pertencentes a essa nova tipologia portuária. Outro aspecto importante na nova geração de portos é o fato dos distritos industriais estarem próximos às áreas portuárias.

Esse acelerado processo de urbanização, no caso da região Norte Fluminense, está diretamente ligado ao crescimento da população, principalmente devido à implantação do Complexo Industrial e Portuário do Açú, que se encontra em áreas do Quaternário. De acordo com Crespo et al. (2010, p. 25), "...chega-se à conclusão de que as transformações ocorridas na região Norte Fluminense, pela cadeia produtiva do petróleo, agricultura, indústria e mais recentemente pela implantação do Complexo Portuário e Industrial do Açú, sobrecarregam a infraestrutura urbana regional, levando a impactos ambientais como ocupação de áreas de risco, de proteção ambiental e permanente. Torna-se, assim, importante e estratégico que se faça um planejamento urbano ambiental que pense o reordenamento territorial".

Baseado no conceito de valor de uso da terra (Lojkin, 1981), a região onde está instalado o Porto do Açú passou por três temporalidades, que são: valor de uso ambiental; valor de uso rural, em que a terra é utilizada como suporte das atividades agrícolas; e valor de uso complexo, já que está ocorrendo uma transformação do uso da terra rural para terra urbana, para dar suporte às atividades urbanas industriais.

A respeito dessa transformação do uso da terra, Quinto Jr. et al. (2010, p.2) complementa que "a instalação de um projeto de grande porte como o Complexo Portuário e Industrial do Açú, no Município de São João da Barra, no norte do Estado do Rio de Janeiro, altera a dinâmica geográfica, urbana e hidrológica da região, já que deixará de ser suporte para atividades agrícolas e pecuárias, e se tornará uma área altamente urbanizada, o que requer do poder público repensar as infraestruturas existentes, visando um novo planejamento que aperfeiçoe o funcionamento do sistema de macrodrenagem e evitar futuros problemas ambientais e urbanos".

O Norte Fluminense, região onde está o Porto do Açú, apresenta um histórico marcado pela produção de cana, açúcar e álcool, porém, a partir da década de 80, passou a ser uma região grande produtora de petróleo, recebendo royalties pela sua extração. Entretanto é uma região ainda em processo de desenvolvimento e estruturação, pois vem apresentando, durante seus ciclos econômicos, apenas um crescimento econômico sem gerar desenvolvimento, como afirma Cruz (2004, p.82).

A Região onde localiza-se São João da Barra é conhecida por um aparente paradoxo: constitui uma região de tradição na produção de cana, açúcar e álcool, e foi contemplada com grandes montantes de recursos públicos carregados para essas atividades, particularmente nas décadas de 70 e 80. Não obstante, desde o final da década de 70, é uma região produtora de petróleo, sendo hoje responsável por mais de 80% da produção brasileira. Desde o final da década de 80 recebe royalties pela extração do petróleo regional, que, a partir do final da década de 90, quando tiveram um substancial aumento, colocaram alguns dos seus municípios entre os de maiores níveis de orçamento per capita do país. Porém, ao mesmo tempo, a região figura entre as de menor desenvolvimento do país, considerando-se os aspectos da desigualdade de renda, da qualidade de vida e bem-estar, dos níveis e condições de pobreza e de emprego e do dinamismo da sua economia.

Como se sabe, os maiores saldos gerados do comércio brasileiro com os países estrangeiros são fruto da exportação de mercadorias de baixo valor agregado a mercados consumidores acessíveis pelo mar. Soja, minério de ferro, derivados do petróleo e açúcar bruto ocupam o topo da lista das exportações brasileiras e saem do país principalmente de navio. A macroeconomia brasileira tem como principal estratégia a procura constante por uma balança comercial mais favorável. Por essas razões, é grande a relevância da construção e da consolidação de portos marítimos de cargas nas agendas dos governos federais.

Mais do que um polo logístico essencial para as exportações e, conseqüentemente, para a balança comercial brasileira, os novos empreendimentos portuários caracterizam-se por integrar à logística portuária, em zonas dotadas de regimes tributários especiais como a Zona de Processamento de Exportações do Porto do Açú, verdadeiros complexos industriais que exigem abundantes retro-áreas, as quais representam a promessa de desenvolvimento regional.

Atraídos pela promessa de desenvolvimento, existem diversos projetos de complexos industriais portuários por toda a costa brasileira, em múltiplos estágios de desenvolvimento. Embora diversos deles tenham sido objeto de estudos e pesquisas, há notória carência por um estudo comparativo entre os principais projetos, visando identificar as boas práticas e os erros cometidos ao longo dos respectivos processos de implementação.

Com a construção do Complexo Industrial e Portuário do Açú, o município de São João da Barra e seu entorno passam por um processo de transformações que requerem planejamento territorial e urbano e a formulação de novas políticas públicas. São João da Barra sofrerá ainda grandes transformações, principalmente devido à baixa infraestrutura e à baixa escolaridade da população. Fato que já se estabeleceu, foi a importação de mão de obra e, por conseguinte, um elevado crescimento populacional atrelado a um processo de urbanização espontâneo e desordenado.

Desse modo, faz-se necessária a avaliação do impacto socioeconômico e ambiental deste processo de crescimento da população e outros fatores contribuintes para o desenvolvimento.

Assim, justifica-se a realização deste projeto com a participação da Fundação CEPERJ, na medida em que sua Coordenadoria de Políticas Econômicas está plenamente habilitada para o exercício de sua missão e apta a contribuir para a realização bem-sucedida das atividades previstas, envolvendo a coleta, análise e disponibilização de dados e informações estatísticas que integram a base de dados do Estado do Rio de Janeiro.

#### **Objetivo geral e resultados esperados**

O objetivo do projeto é promover o estudo e diagnóstico dos impactos socioeconômico e ambiental da implantação do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú no município de São João da Barra, onde localiza-se, apontando para a modelagem de estudos e ações futuras que orientem a formulação de políticas públicas.

#### **Objetivos específicos**

O projeto pretende ainda proporcionar ganhos ao ERJ através da potencialização da capacidade da CODIN/RJ e da Fundação CEPERJ de influenciar no processo de avaliação e formulação de políticas públicas e programas que alavanquem o desenvolvimento sustentável da região de influência da presente iniciativa, permitindo:

1. Ampliar a cooperação entre diferentes órgãos governamentais do ERJ.
2. Ampliar o acesso e uso de bases de dados necessárias à avaliação e à proposição de políticas públicas.
3. Melhorar a fundamentação e a qualidade das decisões tomadas pelos gestores públicos do Governo do ERJ.
4. Aumentar a efetividade da implementação e execução dos programas, projetos e ações do Governo do ERJ.
5. Aumentar a capacidade do Governo do ERJ de responder com rapidez e consistência aos desafios e problemas associados ao desenvolvimento sustentável do estado.
6. Mobilizar redes de parcerias, aumentando a produtividade da Fundação CEPERJ no uso de bases de dados.
7. Qualificar o debate público quanto aos rumos do desenvolvimento sustentável do ERJ.
8. Produzir informações e dados que contribuam com o desenvolvimento das atividades realizadas pela CODIN/RJ.

#### **Produtos**

Como resultado do projeto, as seguintes entregas deverão ser viabilizadas como produtos finais:

- Relatório, em mídia eletrônica e impressa, com diagnóstico dos impactos da implantação do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú no município de São João da Barra.
- Apresentação, em mídia eletrônica e impressa, de análise com modelagem para estudos e ações futuras que orientem a formulação de políticas públicas.
- Relatório de avaliação, em mídia eletrônica e impressa, do impacto socioeconômico e ambiental do processo de crescimento da população local e outros fatores contribuintes para o desenvolvimento.
- Relatório final, em mídia eletrônica e impressa, para apresentação em evento público a ser realizado com a finalidade de divulgação dos resultados obtidos, além da publicação web, em livro impresso e e-book, a critério exclusivo da CODIN/RJ.

Espera-se ainda que a conclusão bem-sucedida deste projeto contribua para que a Fundação CEPERJ e a CODIN-RJ alcancem resultados importantes para sua gestão e para o ERJ, destacando-se os seguintes benefícios a serem colhidos:

- Retomada da Fundação CEPERJ como o principal farol de informações para todo o Estado do Rio de Janeiro, uma instituição moderna, inovadora e de excelência na produção de conhecimento.
- Consolidação da relevância e credibilidade da Fundação CEPERJ como referência na elaboração e disseminação de estudos e pesquisas voltadas para a qualificação das políticas públicas de desenvolvimento do ERJ e na produção, análise e disseminação de pesquisas, informações técnicas e dados estatísticos.
- Reforço do papel de ambas as instituições no apoio aos gestores na formulação e no monitoramento de políticas públicas, subsidiando a realização de pesquisas acadêmicas, auxiliando empresas em suas análises e contribuindo para levar informações precisas para a sociedade.
- Sistematização de informações relativas aos diversos aspectos socioeconômicos e ambientais do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú no município de São João da Barra.
- Facilitação do processo de tomada de decisão do setor privado na implantação de novos empreendimentos, permitindo a identificação de oportunidades para atração de novos investimentos.
- Apoio aos empreendedores na identificação de oportunidades de novos investimentos.

#### Interessados/envolvidos e seus requisitos

1. Governo do Estado do Rio de Janeiro – dinamização da economia local do entorno do Porto do Açú e potencialização de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região do município de São João da Barra e arredores.
2. CODIN/RJ – dinamização da economia local do entorno do Porto do Açú, potencializando o desenvolvimento regional e alavancando novas oportunidades de negócios nos municípios da região.
3. Prefeitura de São João da Barra – dinamização da economia e do mercado de trabalho local, potencializando o desenvolvimento do município e região e alavancando a melhoria da qualidade de vida de sua população.
4. Porto do Açú – implantação de uma estratégia de sustentabilidade, baseada na criação de valor para todos os stakeholders, com foco em segurança e excelência operacional, uso racional de recursos naturais, preservação da biodiversidade, geração de emprego, renda e qualificação da força de trabalho, respeito a uma agenda de compliance e desenvolvimento de parcerias e novos negócios sustentáveis, orientados à transição energética, à redução das emissões de carbono e à economia circular.
5. Fundação CEPERJ – mobilização de sua expertise na realização de estudos e pesquisas e no desenvolvimento de ações de capacitação, servindo de parceira essencial para a implementação bem-sucedida do projeto.

#### Premissas e restrições

O projeto assume que para sua realização bem-sucedida algumas premissas, condicionantes e necessidades precisam ser levadas em consideração:

1. A condição de sigilo e confidencialidade, resguardados pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pelo artigo 198 do Código Tributário Nacional (CTN), serão constantes do projeto. Dessa forma qualquer divulgação ou publicação de dados, informações, conhecimentos ou resultados obtidos em atividades decorrentes deste Projeto somente poderá ser feita com expressa anuência da CODIN/RJ/RJ, por escrito, devendo sempre fazer menção ao disposto no Termo de Cooperação de que trata o Processo SEI-220010/000402/2021.
2. As atividades internas poderão ser realizadas nas dependências da CODIN/RJ ou da Fundação CEPERJ, assim como através de reuniões periódicas por videoconferência. A critério da CODIN/RJ, poderão ser realizadas reuniões presenciais em sua sede, previamente agendadas com a presença do Coordenador Técnico da Pesquisa, sempre observando as condições sanitárias do período de pandemia Covid-19.
3. O pagamento será realizado mediante autorização da CODIN/RJ, conforme descentralização de crédito orçamentário, após a entrega de cada relatório ou demais produtos, observando o cronograma estabelecido. A CODIN/RJ poderá solicitar eventuais ajustes nos relatórios e demais produtos, cabendo à Fundação CEPERJ realizar as adequações até a entrega subsequente conforme cronograma estabelecido, caso as entenda pertinentes, e apresentá-las à CODIN/RJ.
4. A CODIN/RJ poderá solicitar eventuais ajustes no relatório final, tendo a Fundação CEPERJ o prazo de até 15 (quinze) dias para realizar as adequações, caso as entenda pertinentes, e apresentá-las à solicitante.
5. O processo de recrutamento e seleção dos profissionais que integrarão a equipe técnica do projeto é de responsabilidade da Fundação CEPERJ.
6. Despesas operacionais com deslocamentos, locação de veículos, combustível, alimentação e hospedagem, além dos recursos de comunicação e T.I para home-office são de responsabilidade da CODIN/RJ.
7. As contratações de pessoal deverão ser conduzidas de forma objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal e da Lei sendo registrada previamente a metodologia de seleção a ser seguida no âmbito de cada entidade. Aplicam-se, também, as disposições referentes à prática de nepotismo da Lei nº 8.112/1990, Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal e do Decreto nº 7.203, de junho de 2010.
8. O financiamento do projeto se dará por meio da efetivação dos repasses financeiros (descentralização) à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação dos Servidores Públicos (CEPERJ) para custear a manutenção da equipe técnica, custos logísticos e viabilizar a realização das atividades acadêmicas, de pesquisa, estudos e capacitação sob responsabilidade do seu Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas (CEEP).
9. A produção dos instrumentos de pesquisa a serem aplicados no campo é uma responsabilidade da Coordenadoria de Políticas Econômicas (COOPE), bem como a interpretação e análise dos dados produzidos e elaboração dos relatórios de pesquisa.

**Riscos**

1. Dificuldade de coleta de dados primários no campo junto aos públicos-alvo da pesquisa.
2. Indisponibilidade de dados secundários relacionados ao objeto da pesquisa.
3. Restrições de acesso a dados secundários relacionados ao objeto da pesquisa eventualmente existentes.

**Recursos humanos demandados**

A realização das atividades do projeto seguirá as boas práticas de governança, de modo que os objetivos deste Plano de Trabalho possam ser atingidos como planejado, unindo competência, eficiência e convergência com as entregas e produtos a serem desenvolvidos, e respeitando o previsto na Portaria CEPERJ/PRESI nº 8675, de 19 de janeiro de 2021 (Processo SEI nº 150161/000107/2020).

**Cronograma físico**

O prazo para execução do conjunto de atividades do projeto é de 3 (três) meses, contados a partir do primeiro processo de descentralização orçamentária para a Fundação CEPERJ, conforme valor apresentado neste Plano de Trabalho. O detalhamento do cronograma do projeto encontra-se na tabela abaixo:

Mês	Atividades	Duração
1	Formação, organização e treinamento da equipe de trabalho	15 dias
	Planejamento da pesquisa (aspectos metodológicos, logísticos e operacionais)	15 dias
2	Coleta de dados no campo	25 dias
3	Tratamento e análise dos dados coletados	15 dias
	Consolidação preliminar dos resultados obtidos	5 dias
	Elaboração e entrega do Relatório Final da pesquisa	10 dias
	Apresentação à Diretoria da CODIN do Relatório Final	1 dia

**Orçamento e aplicação dos recursos financeiros**

As atividades previstas neste Plano de Trabalho e as entregas técnicas que serão desenvolvidas de acordo com o escopo do projeto exigem a aplicação dos seguintes recursos financeiros para viabilização dos produtos finais:

**I) Produtos finais – R\$ 272.844,00.**

1. Relatório diagnóstico dos impactos da implantação do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú no município de São João da Barra – **R\$ 68.211,00.**
2. Análise com modelagem para estudos e ações futuras que orientem a formulação de políticas públicas – **R\$ 81.853,20.**
3. Relatório de avaliação do impacto socioeconômico e ambiental do processo de crescimento da população local e outros fatores contribuintes para o desenvolvimento – **R\$ 68.211,00.**
4. Relatório final para divulgação dos resultados obtidos e publicação – **R\$ 54.568,80.**

**II) Relatórios de gestão / sumários executivos (monitoramento, controle e análise de resultados) – R\$ 80.000,00.**

5. 3 relatórios mensais – R\$ 10.000,00 = R\$ 30.000,00.
6. 1 relatório final – R\$ 50.000,00 = R\$ 50.000,00.

A viabilização das entregas do projeto requer a mobilização de recursos de back-office técnico-administrativo da Fundação CEPERJ, responsáveis pela elaboração dos produtos de gestão destacados abaixo, de acordo com a Portaria CEPERJ/PRESI Nº 8675 de 19 de janeiro de 2021, perfazendo um total de **R\$ 40.926,60.**

**TOTAL: R\$ 393.770,60.**

De modo a remunerar os recursos humanos que fazem parte da equipe de execução do projeto e simplificar o processo de descentralização dos recursos para a Fundação CEPERJ, os desembolsos financeiros devem ser feitos em 3 parcelas iguais no valor de **R\$ 131.256,86** a partir de maio de 2022, sendo realizados contra a apresentação de relatórios de acompanhamento das atividades e entregas validadas pela CODIN.

**Relação com os ODS da Agenda 2030**

O Projeto Jovem Empreendedor pode contribuir para que o ERJ enderece soluções para alguns dos desafios do Desenvolvimento Sustentável com os quais nos deparamos. Vale destacar alguns dos ODS e suas respectivas metas que este projeto ajuda a resolver.

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
  - Meta 1.5. Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
  - Meta 8.3. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
  - Meta 8.6. Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
  - Meta 10.2. Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

É possível demonstrar que o **Projeto de Avaliação, análise de desempenho e de resultados dos Distritos Industriais do ERJ** contribuirá para que as políticas públicas formuladas pelo estado e seus municípios enderecem soluções para os grandes desafios relacionados à superação da pobreza e das desigualdades sociais, à dinamização das economias para geração de emprego e renda de acordo com a realidade dos municípios do ERJ, contribuindo para a sua sustentabilidade econômica, social e ambiental, e conduzindo a sociedade fluminense a um novo patamar de desenvolvimento.

Rio de Janeiro, 22 abril de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Cesar Motta de Castro, Coordenador**, em 25/04/2022, às 22:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **31687993** e o código CRC **2622C5EB**.

Referência: Processo nº SEI-220010/000499/2021

SEI nº 31687993

Avenida Presidente Vargas 1100, 13 , Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-002  
Telefone: